

Do marxismo-leninismo ao autoritarismo neoliberal na África Lusófona. O caso do MPLA (Angola) e da FRELIMO (Moçambique)

Luca Bussotti

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE MOÇAMBIQUE

ABSTRACT

The study deals with the crisis of the African left, with an emphasis on the MPLA (Popular Movement for the Liberation of Angola) and FRELIMO (Front for the Liberation of Mozambique). These two parties have never left power since 1975, implementing forms of socialism that appear to be among the most solid on the continent, before the democratic turn in the 1990s. The transition to neoliberalism eliminated any form of social policy, favoring authoritarianism and corruption. The research used a historical perspective, based on the concept of political “transition”.

Keywords: Political Transition; Economic Liberalism; Socialist International; Neopatrimonialism.

O estudo trata da crise da esquerda africana, com destaque para o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). Estes dois partidos nunca deixaram o poder desde 1975, implementando formas de socialismo aparentemente entre as mais sólidas do continente, antes da viragem democrática na década de 1990. A transição para o neoliberalismo abrandou consideravelmente a implementação de políticas sociais, favorecendo autoritarismo e corrupção. A pesquisa contou com perspectiva histórica, baseada no conceito de “transição” política.

Palavras-chave: Transição Política; Liberalismo Econômico; Internacional Socialista; Neopatrimonialismo.

Os partidos até hoje hegemónicos de Angola e Moçambique (respetivamente MPLA e FRELIMO) representam dois dos exemplos mais paradigmáticos de uma transição contraditória do marxismo-leninismo para o liberalismo, ou o “autoritarismo neoliberal”, embora continuando a pertencer a uma organização, a Internacional Socialista, que faz do credo democrático a sua principal identidade política e ideológica. Ambos os partidos que desde a independência, obtida em 1975, sempre governaram Angola e Moçambique desenvolveram um modelo de relacionamento original entre economia global e forma político-institucional nacional, com uma história bastante longa, mas que no contexto africano veio desdobrando-se com características próprias (Springer 2010; Ryan 2018; Gallo 2021).

A transição que se deu em Angola e Moçambique, na qual MPLA e FRELIMO foram os protagonistas absolutos foi interpretada de forma diferente. Por um lado, a maioria dos estudiosos, de inspiração neoliberal (Knudsen, Mundt & Zartman 2000; Kubitscheck Bujones 2013), valorizou esta transição, enaltecendo o estabelecimento de condições de democracia e paz, quer em Angola (Anstee 1996) quer em Moçambique (Doyle & Sambanis 2006) assim como o fizeram iniciativas bilaterais de vários países ocidentais (Manning & Malbrough 2010; Morozzo della Rocca 1994).

Entretanto, dúvidas e perplexidades foram manifestadas sobre estas transições repentinas, com escasso ou nulo envolvimento popular, e com privatizações sem regra (Saul 1991; De Tollenaere 2006; Hanlon 2010; Reibel 2008). Quem ousou opor-se a tais medidas, impostas pelos organismos financeiros internacionais, mas que os governos liderados por MPLA e FRELIMO secundaram além das expectativas mais otimistas, foi brutalmente eliminado, como aconteceu em Moçambique com o jornalista Carlos Cardoso em 2000 (Fauvet & Mosse 2004).

Este clima de entusiasmo fez com que elementos críticos, contradições, abusos no âmbito dos próprios direitos humanos fossem negligenciados, ou até completamente esquecidos. Só muito tempo depois, e principalmente com relação a Moçambique, com o escândalo financeiro conhecido como “dívidas ocultas” (2016), e ainda mais com as eleições gerais de 2024 é que a situação iniciou a mudar, do lado dos parceiros ocidentais. No primeiro caso (“dívidas ocultas”), os doadores ocidentais que compunham a “troika” de 19 países empenhados no *Budget Support* (ajuda financeira direta ao orçamento do estado moçambicano) tiveram conhecimento de que mais de 2 mil milhões de dólares destinados a fortalecer a capacidade de vigilância marítima da costa, principalmente no norte do país foram desperdiçados em esquemas fraudulentos, envolvendo sobretudo sociedades da *intelligence* local (SISE) e de dois bancos internacionais, o russo VTB e o suíço Credit Suisse. Processos paralelos em Maputo, Londres e Nova Iorque levaram à condenação do antigo ministro das finanças, Manuel Chang, do antigo

diretor geral do SISE, Gregório Leão, juntamente com o responsável econômico daquela instituição, António Carlos do Rosário, de um dos filhos do antigo presidente da república, Armando Emílio Guebuza e de vários mediadores e altos funcionários do estado (Nhamirre 2022).

No segundo caso, as eleições gerais de 2024 – depois das autárquicas de 2023 – assinalaram uma rutura definitiva do modelo de democracia “negocial” que se tinha instalado no país entre a FRELIMO e a RENAMO de Ossufo Momade. Momade substituiu Afonso Dhlakama como presidente da RENAMO – até 2024 o maior partido de oposição –, depois do falecimento, em maio de 2018, deste histórico líder. Estas eleições foram consideradas – inclusivamente por parte do Conselho Constitucional de Moçambique – como as menos credíveis da história política do país, com manifestações violentas e prolongadas, invocando a tomada de posse do “homem novo” da cena política moçambicana, Venâncio Mondlane (Bussotti 2024).

Do lado angolano, o processo eleitoral de 2022, também muito pouco transparente, a crescente repressão da liberdade de palavra e expressão, assim como uma vaga de manifestações populares, greves e reclamações por parte de várias categorias profissionais chegou de abalar em mínima parte a confiança depositada no presidente João Lourenço e no MPLA por parte da comunidade ocidental, assim como do lado africano. Com efeito, Lourenço recebeu prémios tais como o Grande-Colar da Ordem do Infante Dom Henrique de Portugal, o Colar da Ordem do Mérito Civil da Espanha, a Ordem do Mérito da República na Itália e o equivalente na França, a Grã-cruz da Ordem Nacional do Leão do Senegal e o grande prémio “The African Road Builders” que foi-lhe atribuído em 2025 em Abidjan (Costa de Marfim), devido ao seu compromisso pela construção do Corredor de Lobito.

A hipótese deste estudo é de que os elementos fundamentais de uma transição que não deu (e não podia dar) certo estavam patentes desde o início da década de 1990. E um dos fatores fundamentais para tal insucesso deve ser identificado numa transição que pode ser definida aqui de “acrítica”. A aceitação quase que completamente passiva, desprovida de qualquer resistência contra este repentino processo de mudança do paradigma econômico, além de político, apoiado pelos doadores ocidentais, pôde contar com condições prévias fortemente favoráveis a este tipo de abordagem: um aparato ideológico fraco, determinado por uma adesão superficial aos princípios do socialismo logo depois das independências, uma ética pública em dissolução, um conluio de antiga data entre as elites locais e os enormes interesses econômicos ocidentais.

O estudo foi realizado mediante uma pesquisa documental e bibliográfica, analisando documentos internos aos dois partidos aqui considerados, MPLA e FRELIMO, complementando este material com a literatura disponível, embora não

abundante, sobre o tema. A perspectiva usada foi de tipo histórico, embasada na análise do comportamento político dos partidos no poder nos dois países aqui considerados, enfatizando essencialmente suas incertezas ideológicas e suas práticas governamentais.

Enquadramento do problema

Existem, na esfera pública africana, vários posicionamentos em mérito a como movimentos de libertação que foram referências fundamentais para a esquerda continental e até internacional, tais como os que atuaram em Angola, Gana, Moçambique, África do Sul, Tanzânia, Senegal, têm-se transformado em partidos políticos neoliberais. Estes não só aceitaram, devido às novas condições geopolíticas mundiais, a adesão aos princípios neoliberais entre a década de 1980 e a década de 1990, mas esqueceram qualquer ideário típico daquela esquerda a que sempre fizeram referência em suas políticas públicas (Arrighi 2002; Mckinley 2008; Martial 2022).

Este quadro varia de país para país, entretanto o que se observa é um incremento das desigualdades sociais, das práticas neo-patrimonialistas das elites dominantes, finalmente do restringimento da esfera pública e das liberdades fundamentais. O país mais desigual do mundo é a África do Sul. Seu coeficiente de Gini de 0,63 é o mais elevado do mundo, e sempre foi governado, desde o retorno à democracia, em 1994, pelo African National Congress (ANC), afiliado à Internacional Socialista. Outros países da mesma região partilham uma situação semelhante: o coeficiente de Gini da Namíbia é de 0,59, de Moçambique 0,54 e de Angola 0,53 (Banco Mundial 2023). Estes últimos dois países foram classificados de autoritários pela Economist Intelligence Unit (EIU), e tais conclusões foram corroboradas – embora com outras motivações – por parte de estudiosos de tendências ideológicas diferentes, como é o caso da Fundação Rosa Luxemburg (LUSA 2019; Guilengue 2019; Freedom House 2023).

Tais cenários, aqui sinteticamente resumidos, sinalizam o abandono *de facto* de políticas sociais e inclusivas por parte dos partidos africanos que herdaram a ideologia marxista-leninista. Tais formações políticas decidiram entrar em organizações de matriz socialista (a Internacional Socialista), com base na aceitação de um capitalismo temperado por políticas sociais inclusivas, de que até hoje fazem parte. No caso angolano esta adesão foi aceite em 2003, depois do fim do conflito com a UNITA, em ocasião do XXII Congresso da Internacional Socialista, realizado em São Paulo (MPLA vai entrar, 2003). No caso da FRELIMO, a adesão remonta a 1999, e a explicação do porquê este partido continuou a ser membro desta organização até hoje foi dada pelo antigo presidente da república de Moçambique, Joaquim Chissano. Numa entrevista, Chissano clarificou que a

adesão da FRELIMO ao capitalismo não deve significar o esquecimento dos ideais de justiça social que caracterizam o socialismo. E seriam tais ideais que ainda a FRELIMO perseguiria, coerentemente com a história do socialismo (Continuamos na Internacional, 2010).

Existem, porém, dúvidas muito consistentes quanto à coerência de tais partidos a esta filiação internacional. Uma delas foi expressa pelo economista angolano Fernando Heitor, antigo membro da UNITA, de que saiu desta formação política pouco antes das eleições de 2017. Heitor defende que o que estranha é a razão pela qual a Internacional Socialista continua aceitando, entre as suas fileiras, um partido como o MPLA, com uma democracia interna extremamente modesta, práticas contrárias ao respeito para os direitos humanos fundamentais e ainda por cima sem nenhuma consciência ideológica do que significa pertencer a uma organização internacional da esquerda democrática (Issufo 2013).

Todas estas dúvidas e contradições não são de agora. Com efeito, a mudança do paradigma marxista-leninista para o liberal foi tão repentina e radical que se impõe uma reflexão sobre o tipo de ideologia que esteve por detrás das experiências socialistas nos vários PALOP, e da sua consequente adesão a uma organização como a Internacional Socialista. Resulta simbólica, deste ponto de vista, a resignada testemunha de um dos observadores marxistas mais ferventes da luta de libertação e dos primeiros anos de independência de um país como Moçambique. Em um dos seus textos, Saul nota como o então Presidente da República, Joaquim Chissano, quer numa breve conversa que teve com ele em 1986 em Maputo, depois da morte de Samora Machel, quer numa entrevista ao jornal português “Expresso” em 1990, tivesse enfatizado a ideia de que a adesão ao marxismo trouxe muitos mais problemas do que vantagens para Moçambique (Saul 1991). A mesma dúvida pode ser levantada a propósito de Angola: aqui, quer no caso de Agostinho Neto, quer de José Eduardo dos Santos, a transição para um liberalismo desenfreado, com condimento de práticas abertas de corrupção, neopatrimonialismo e violações de direitos humanos foi ainda mais acelerada do que em Moçambique, como mostram, por exemplo, os romances do escritor angolano Pepetela (Bezerra Machado 2021). Se Agostinho Neto foi definido como figura de uma natureza política “híbrida” (Vidal 2016), no caso de José Eduardo dos Santos tais dúvidas foram dissipadas, representando ele o mais clássico exemplo de autoritarismo neoliberal e cleptocracia de toda a África.

Diante destes primeiros elementos é interessante procurar entender que tipo de socialismo foi implementado nestes países, como foi enfrentada a transição ao longo da década de 1990 para um modelo pluralista e liberal e, como as elites dirigentes de hoje (em larga medida as mesmas que desencadearam as respetivas lutas de libertação do jugo colonial) estão lidando com questões essenciais, tais como, a luta contra a pobreza e as desigualdades sociais.

Por estas razões foi analisado em primeiro lugar o pensamento coletivo dos movimentos de libertação de Angola e Moçambique e suas opções políticas, nas suas diferentes fases; em seguida, o tipo de governação implementado nos cerca de 15 anos de vigência do socialismo oficial (1975-1990), para terminar com uma análise da transição, da atuação política e da ideologia de referência destes dois partidos ao longo dos últimos vinte anos, compulsando essencialmente seus programas quanto à implementação de estratégias finalizadas a promover a justiça social.

As primeiras bases ideológicas e programáticas: a prevalência do nacionalismo

Existe uma imagem icônica dos líderes dos movimentos de libertação dos PALOP que circulou nos hostes políticos e diplomáticos internacionais no início da década de 1970: ela refere-se ao histórico encontro dos representantes de tais movimentos (Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos) com o Papa Paulo VI, na Cidade do Vaticano, depois de eles concluírem a Conferência Internacional de Solidariedade com os povos das colónias portuguesas, em Roma. Foram forças políticas e ideológicas italianas de inspiração diversificada a promover a audiência privada dos três líderes dos movimentos de libertação com Paulo VI. Entre as figuras mais ativas na organização do encontro é preciso recordar o socialista Lelio Basso, a católica Marcella Glisenti, proprietária da livraria *Paesi Nuovi* em Roma, a comunista Dina Forti, o antigo primeiro-ministro italiano, Ferruccio Parri. Em suma, individualidades políticas progressistas e democratas, que tinham como objetivo comum ajudar as colónias portuguesas a se libertarem do anacrónico controlo de Lisboa, segundo as quais um encontro dos representantes dos movimentos de libertação com o Papa podia provocar (como, de fato, provocou) uma aceleração do processo rumo às independências (AA 2018).

Este evento – além de provocar uma crise diplomática entre a Santa Sé e Lisboa (Nhauueleque 2021) – ajudou na divulgação da causa das colónias lusitanas em África, tornando tais movimentos e seus líderes como novas referências do movimento nacionalista e democrático mundial, como demonstram estudos sobre o impacto que este encontro teve junto à imprensa italiana (Milani & Russo 2012).

Os principais fatores que contribuíram para que eles se tornassem referência do progressismo internacional foram pelo menos três: em primeiro lugar, suas lutas foram entre as mais demoradas de todo o continente. Pouquíssimos outros países africanos passaram por situações similares. Em segundo lugar, os PALOP expressaram, dentro do movimento africano das independências, algumas das suas figuras mais destacadas de todo o continente. Tal é o caso de Amílcar Cabral, Eduardo Mondlane, Samora Machel, Agostinho

Neto, entre outros, assim como de poetas, literatos e artistas não menos importantes dos ícones do pan-africanismo ou da negritude, tais como Mário Coelho Pinto de Andrade, um dos fundadores do MPLA, de que saiu, devido à sua pertença ao grupo conhecido como “Revolta Activa” (Mateus & Mateus 2015), Malangatana, Bertina Lopes, Noemia de Sousa, e até Agostinho Neto, Viriato da Cruz ou Marcelino dos Santos (Matos 2019).

Terceiro: a maioria dos protagonistas políticos dos movimentos de libertação dos PALOP morreu muito cedo, em circunstâncias trágicas, como foi o caso de Amílcar Cabral, Eduardo Mondlane (que nem chegaram a ver seus países independentes), ou Samora Machel e até Agostinho Neto. Em última instância, a imagem que, mundo afora, estes países projetaram foi também algo que remonta a uma tentativa autónoma de traçar seu próprio destino, contando com suas próprias forças, como se dizia na altura. Autores conceituados levaram o exemplo dos PALOP como modelo de afro-comunismo a se opor a um socialismo africano considerado mais humanista e edulcorado de países como Zâmbia ou Tanzânia (Ottaway & Ottaway 1981).

As coisas, porém, foram mais complexas daquilo que uma boa parte da historiografia de esquerda quis narrar. Uma historiografia que, como mostra o exemplo de Saul reportado acima, acabou surpreendendo-se pela repentina viragem “democrática” de tais países, abdicando a qualquer projeto de reequilíbrio entre as camadas sociais dos respetivos países (Gonçalves 2010).

Esta brusca transição pode ter várias razões; entre elas, uma pode dizer respeito ao caminho que os movimentos independentistas – que depois assumiram a liderança dos respetivos países – fizeram desde a sua formação até assumirem as rédeas de países como Angola e Moçambique. Se é inegável que houve um debate interno, de tipo político-ideológico na formação de tais movimentos, é preciso realçar também que tais disputas sempre foram elitistas, internas a grupos dirigentes que, na maioria dos seus elementos, se mantiveram inalterados ao longo dos anos. Vale a pena recordar, a este propósito, a leitura com base na conceituação das elites revolucionárias de Tkachev e Lenine na primeira fase, e das elites dirigentes de Gramsci na segunda fase do MPLA como movimento de libertação que foi proposta por alguns estudiosos (Serrano 2012; De Sousa 2016). Assim como é útil recordar que, privilegiando as componentes ideológicas do debate interno à FRELIMO e ao MPLA muitas vezes negligenciou-se a questão étnica, principalmente por parte da historiografia de inspiração marxista. Tal opção foi feita apesar de o marxismo resultar escolha de segundo plano e de importação em comparação com o nacionalismo e com a luta intestina entre os grupos libertadores, que pouco tinha a ver com questões puramente ideológicas.

A formação ideológica e as primeiras organizações independentistas da África lusófona tiveram seu início fora da África. Desde a década de 1940 a Casa

dos Estudantes do Império (CEI), criada (1944) como desdobramento da Casa dos Estudantes de Angola, de 1941 (Matos 2019), representou o primeiro núcleo de formação dos independentistas das colónias portuguesas, apesar da sua origem virada para o controlo dos jovens estudantes africanos que acabavam de chegar em Portugal por parte do Estado Novo salazarista (Faria 1995). Da CEI originou-se o Centro de Estudos Africanos, onde os jovens independentistas iniciaram a refletir cientificamente sobre a África e o seu processo de libertação, não sem influências de movimentos como o panafricanismo ou a negritude.

Amílcar Cabral, Lúcio Lara, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos foram todas figuras que passaram por lá. Numa entrevista, o médico são-tomense, Tomás Medeiros, recorda qual era o clima que ali se vivia: apesar de estes jovens nacionalistas não serem comunistas, a influência do PCP (Partido Comunista Português) era considerável, quer em termos de aproximação política com quem lutavam para o mesmo objetivo (a queda do salazarismo), quer quanto às leituras “aconselhadas” (Carlos 2012).

Entretanto, desde o início desta luta, a desconfiança para com os nacionalistas africanos por parte de quem devia constituir o aliado principal (o PCP) era palpável: o posicionamento explícito dos comunistas portugueses sobre o direito à autodeterminação dos povos coloniais foi tardio, desenvolvendo-se por volta dos finais da década de 1950, e em larga medida instrumental.

As lutas anticolonialistas eram enquadradas muito mais como ajuda para fomentar a campanha anti-salazarista interna do que como objetivo em si. Por exemplo, em 1954 o grupo de estudantes liderados por Mário de Andrade foi classificado como “intelectualista” por parte do PCP, e censurado. Anos mais tarde, na altura já das lutas armadas anticolonialistas, a *Tribuna Militar*, o jornal do PCP que lidava com questões relativas à tropa portuguesa, preocupava-se muito mais com as condições dos militares da madre-pátria deslocados no Ultramar do que com o êxito de tais lutas. De sabotagem a uma guerra colonialista e imperialista não se chegou a falar (Rodrigues Martins s.d.). Em parte, segundo estudos recentes (Cardina 2023), tal posicionamento “moderado” deveu-se à política anti-salazarista de unidade com outras forças democráticas não-marxistas, tais como socialistas ou católicos.

Se no PCP havia desconfiança para com os líderes do movimento anticolonialista lusófono, uma das razões era a sua suposta fragilidade ideológica, que recaía fora da ortodoxia marxista, juntamente com a ausência de um proletariado negro estável e uma burguesia local (Cahen 2005). Os receios do PCP encontraram confirmação indireta nas várias transições que acabaram alargando o campo dos aliados dos independentistas luso-africanos. Em 1959 foi fundado o MAC (Movimento Anti-Colonialista). Em seu *Manifesto* celebrava-se uma continuidade entre as lutas daquela fase histórica específica e a tradicional

oposição dos povos africanos às invasões europeias, invocando os princípios da autodeterminação e da independência política. Com relação às colônias portuguesas em África, o *Manifesto* denunciava a fraqueza ideológica de afirmações que viam na unidade nacional de todos os territórios sob controlo de Lisboa, assim como na política de assimilação os pilares da nação portuguesa. Por isso, o MAC se dizia aberto a todas as organizações de massas e partidos políticos dos países africanos sob dominação de Portugal e que lutavam pela liquidação do colonialismo português. A ideia era o envolvimento e a participação de todas as forças progressistas e que visavam libertar os respetivos países do jugo colonial (MAC 1960).

Pouco tempo depois foi a vez do FRAIN (Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional, fundada em Túnis por Cabral e Mário Pinto de Andrade em 1960) e depois da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas Portuguesas, fundada em Casablanca em abril de 1961, e a que aderiram 13 organizações dos países africanos lusófonos em luta contra o colonialismo de Lisboa, assim como a Goa Ligue). A ideia de fundo era sempre a mesma: a independência nacional, a ser obtida se necessário mediante a força, a que qualquer outra ideologia devia estar submetida. E a frente ficava cada vez mais larga e vasta.

Pelo mesmo motivo para que o PCP manifestava receios diante destes movimentos anticolonialistas, em outros países com uma modesta história colonial, a situação era diferente. Dito acima do caso italiano, que culminou no encontro de Paulo VI com os três líderes dos movimentos de libertação das colônias portuguesas em África (Mulas 2022), do lado brasileiro, laços significativos de solidariedade se estabeleceram a partir de Portugal, especificamente do CEI. Pelo menos dois jovens brasileiros iniciaram a aproximar-se às ideias independentistas propaladas pelos futuros líderes africanos dos PALOP: em particular, Fernando Albuquerque Mourão e José Maria Nunes Pereira. Não havia dúvidas de que quer Mourão, quer Pereira conseguiam melhor interpretar as instâncias independentistas e progressistas dos movimentos africanos do que os próprios portugueses, incluindo o Partido Comunista (Souza Lima 2017). No caso de José Maria Nunes Pereira, a questão foi muito além do interesse académico: com efeito, com a chegada do militante do MPLA José Lima de Azevedo, ele abriu um verdadeiro bureau do MPLA na sua própria casa, no Brasil, onde já tinha regressado dos anos de estudo em Portugal, o que causou a captura, por parte da ditadura militar brasileira, do Azevedo (Alberti & Araújo Pereira 2006).

Em suma, o movimento anticolonialista lusófono tinha sim, influências e simpatias para com o comunismo, mas o trato prevalecente era o seu nacionalismo.

Em Angola, a experiência do primeiro partido independentista, o Partido Comunista de Angola, fundado em 1955 por Viriato da Cruz, Ilídio Machado, António Jacinto e Mário António de Oliveira teve de ser superada. A escolha foi a confluência num agrupamento mais largo e menos ideologizado (Bittencourt 1997). Foi assim constituído o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), de matriz nacionalista, mas não marxista, cujo manifesto publicado em 1956 e elaborado por Viriato da Cruz representa a origem do próprio MPLA (Deliberali 2016). Entretanto, paralelamente ao MPLA, a UPA (União dos Povos de Angola) e o Partido Democrático de Angola fundiram-se, dando origem, sob a liderança de Holden Roberto, ao FLNA (Frente Nacional de Libertação de Angola). Este movimento tinha uma inspiração liberal-democrática, com laços muito fortes com os Estados Unidos, que forneceram, ao longo da década de 1960, entre 10.000 e 20.000 dólares por ano, mediante a CIA (Papp 1978). Finalmente, o terceiro movimento independentista de Angola, a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), fundado por Jonas Savimbi depois de ele ter saído do FLNA em 1966, recebendo apoio dos Estados Unidos e da África do Sul do apartheid (apesar de suas iniciais simpatias para o maoísmo), também lutou para que Angola conseguisse a sua independência, criando um quadro muito fragmentado. Não foi por acaso que fontes próximas ao Kremlin classificavam a luta de libertação angolana de larga, do ponto de vista ideológico. Questões étnicas também representaram um importante elemento na formação dos três movimentos (Wheeler & Pelissier 1970).

Do lado moçambicano a situação não foi muito diferente; inicialmente havia três movimentos independentistas, cuja fusão resultou na constituição da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), em 1962, mas sem clarificar o posicionamento ideológico. O seu líder, Eduardo Mondlane, tinha sido funcionário das Nações Unidas, professor de Antropologia na Syracuse University, e com ótimas relações com a administração democrática liderada por John Fitzgerald Kennedy, que durante um certo período financiou a FRELIMO e o seu Instituto Moçambicano, com sede em Dar-es-Salaam, sob a direção da americana Janet, esposa de Mondlane (Bussotti 2022). Mondlane procurava obter a independência sem o uso das armas; uma condição que, porém, não foi possível, por causa da obstinação do regime português.

Com a morte de Mondlane (3 de fevereiro de 1969) a única alternativa possível para continuar a luta anticolonialista foi uma aproximação ao bloco soviético. Os primeiros países que ajudaram o movimento em termos de formação militar e de entrega de armas foram Argélia e Egito, enquanto a Tanzânia oferecia um fundamental suporte logístico. Uma vez ganha a batalha contra os opositores, tais como Uria Simango, o vice de Mondlane, e Lázaro Kavandame, um dos líderes

Makonde de destaque, a aliança entre Ronga e Makonde saiu vitoriosa (Bussotti & Nhauueleque 2022).

O novo líder, Samora Machel, direcionou o movimento para uma adesão mais completa ao marxismo-leninismo. O receio da URSS, inicialmente, era que a FRELIMO percorresse o caminho da Tanzânia de Nyerere que, com a Ujamaa, se aproximava muito mais ao maoísmo do que ao marxismo-leninismo (Simpson 1993). Entretanto, com um Samora Machel devidamente doutrinado, o nível de confiança e de compromisso militar e político da URSS aumentou, até Moçambique conseguir a sua independência em 1975. A opção filo-soviética (apesar de Moçambique independente ter-se posicionado entre os países não-alinhados) foi confirmada com o III Congresso de 1977, com a adesão explícita ao marxismo-leninismo.

Um socialismo autoritário

Quer em Angola, quer em Moçambique duas frentes se abriram, forçando MPLA e FRELIMO a acentuarem o seu posicionamento filo-soviético, mas sobretudo as suas posturas autoritárias. Nos dois casos, “o que foi, sem dúvida, reforçado pelo apoio soviético foi a ideia de unicidade nacional e de partido único”, além da prática do centralismo democrático, que foi adotada muito antes da adesão formal ao marxismo-leninismo (Cahen 2005).

Em Angola, o governo do MPLA foi reconhecido internacionalmente como legítimo, com exceção dos Estados Unidos (Noer 1993). Entretanto, nos meses que antecederam a Proclamação da Independência definitiva de Portugal, e depois do falhanço do Acordo de Alvor (15 de janeiro de 1975), a situação bélica angolana transformou-se numa longa guerra civil.

No seu discurso de tomada de posse, Agostinho Neto prefigurou um programa econômico e social centrado em dois pilares principais: por um lado, o desenvolvimento econômico “autocentrado” e contra os interesses imperialistas. Por outro lado, a indústria pesada devia ser levada para dentro do país, como alavanca de um processo de modernização (Precioso 2018). Entretanto, a abordagem moderada na esfera econômica de Neto emergiu de imediato: com efeito, o setor privado seria mantido e até encorajado, assim como, em tema de relações externas, o país se dizia aberto às colaborações de atores institucionais e políticos que quisessem ajudar Angola. Neto admitiu que o MPLA não era uma formação marxista-leninista, mas sim uma organização “larga”, em que o ponto de vista marxista devia conviver com outros de diferente inspiração (Neto 1976).

Tais princípios ficaram patentes na primeira Constituição. O país acabou chamando-se República Popular de Angola, tendo o MPLA como seu único, legítimo representante (art.2 da Constituição) (República Popular de Angola 1975).

A Constituição enfatizava o papel de orientação e planificação do Estado (art. 8), mas encorajando a iniciativa privada, “mesmo de estrangeiros” (art. 10). Na Constituição não se encontrava a palavra “socialismo”, esclarecendo que Angola aderiria aos princípios das Nações Unidas e da União Africana, mas ficando de fora de qualquer organização militar internacional (art. 16). Apesar de se autodeclarar regime de partido único, Angola reconhecia a liberdade de expressão, reunião, associação e de credo religioso, além de outras liberdades individuais fundamentais, de matriz ocidental.

A partir das ambiguidades constitucionais acima referenciadas, abriram-se frentes internas de descontentamento e de desafio ao presidente Agostinho Neto. Resumidamente, a luta que se desencadeou foi entre uma ala mais coerentemente esquerdista e filo-soviética (e largamente assimilada ou até branca) e uma de inspiração mais liberal, com uma forte base Mbundu (ou seja, negra) e mais disponível a aberturas quer em termos de soluções econômicas, quer de alianças com movimentos fora do MPLA. A primeira ala era representada por figuras tais como Lúcio Lara, Carlos Dilolwa, Iko Carreira e António Jacinto, e aquela oposta, de inspiração mais liberal, por Agostinho Mendes de Carvalho, Domingos Paiva da Silva, Manuel Pedro Pacavira e outros. Agostinho Neto foi a figura de equilíbrio entre estes dois grupos e, numa Angola já independente, por volta de 1978, a opção econômica foi de fazer concessões relevantes às empresas privadas, sobretudo no setor estratégico do petróleo, em consideração das fragilidades do próprio Estado (Vidal 2016). Como consequência, vários representantes da ala mais alinhada com o radicalismo socialista foram afastados ou se afastaram voluntariamente do governo e do partido. Entre eles, Carlos Dilolwa e Lopo de Nascimento.

Fora disso, o que ainda mais preocupava o governo centralizado e burocratizado do MPLA era o ativismo de movimentos sociais e organizações de esquerda, fora do controlo do MPLA. O principal entre eles era o Poder Popular. O Poder Popular era um conjunto de sujeitos da esquerda, entre trabalhadores, estudantes, intelectuais, que tiveram um papel decisivo para a vitória do próprio MPLA na batalha de Quifandongo. Quem chefiava o movimento era o ministro da Administração Interna Nito Alves, que inclusive era o responsável pela publicação do jornal *Poder Popular*, ligado aos Comitês Amílcar Cabral (CAC) (Portella Ribeiro 2016). Com ele, a outra figura de destaque era José Van-Dunem, como Alves expulso do Comité Central do MPLA a 21 de maio de 1977, com a acusa de fracionismo (Santander 2022). No processo de centralização de inspiração estalinista, o MPLA reduziu sob o seu controle todas as organizações e movimentos de esquerda que até então gozavam uma certa autonomia, tais como os CAC, a Revolta Activa, os comitês independentes de trabalhadores e dos bairros, e outros (Mabeko-Tali 2018). Numa suposta tentativa de golpe de estado montada por Alves e Van-Dunem (a página mais controversa da história da

Angola independente, que aqui não é possível aprofundar (Pawson 2007), Agostinho Neto e o MPLA levaram a cabo uma verdadeira chacina, matando entre 15.000 a 80.000 pessoas na capital Luanda, no fatídico 27 de maio de 1977. Entre as vítimas estavam Nito Alves, José Van-Dunem e Sita Valles; desde então, qualquer hipótese residual de aplicar a Angola um modelo de socialismo pluralista e participativo ficou definitivamente afastada.

Se, em Angola, foi o 27 de maio o divisor das águas da experiência socialista, em Moçambique as coisas procederam de forma em parte diferente, embora com desfecho semelhante: um autoritarismo centralizado e elitista, que suplantou muito cedo qualquer forma de participação popular à definição das estratégias de desenvolvimento do país.

A guerra desencadeada pela RENAMO tinha, como no caso da UNITA, motivações externas (guerra fria e apoio primeiro da Rodésia de Ian Smith, depois do regime do apartheid sul-africano), mas também profundas raízes internas, que se acentuaram com a adesão formal da FRELIMO ao marxismo-leninismo, em 1977 (Hanlon 1984; Geoffrey 1990). A questão agrária nunca foi resolvida, empurrando as massas camponesas do Centro e do Norte do país para a RENAMO (Mosca 1996).

Deste ponto de vista, as semelhanças com a situação angolana eram muitas: Samora Machel acentuou, mais daquilo que tinha feito Agostinho Neto, a necessidade de um controlo totalizante do Estado com relação à economia e aos movimentos sociais que estariam fora da esfera de controlo do partido. Neste sentido, “tudo o que escapava ao poder e ao controlo estatal era visto como uma ameaça à unidade do povo, ou como um obstáculo ao esforço do desenvolvimento social, político e económico” (Lourenço 2010, 93). E as autoridades tradicionais, juntamente com as massas camponesas, completamente excluídas do processo “revolucionário” da FRELIMO, constituirão a base para o alastramento da guerra civil, caracterizada também num sentido étnico (Bussotti & Nhaualeque 2022).

Os inimigos internos e externos foram perseguidos segundo uma lógica e uma eficiência que recordava muito de perto a do estado colonial português. A antiga questão dos “reacionários” foi resolvida com a eliminação física de figuras proeminentes como Uria e Celina Simango, ou Joana Simeão. Em segundo lugar, a FRELIMO – mediante iniciativas legislativas específicas e, depois, com a “Operação Produção”, de 1983 (Fernando 2019) – introduziu um verdadeiro estado de terror. Depois da revisão constitucional de 1978, com a lei n. 2 e 3 de 1979 (respetivamente *Lei dos crimes contra a segurança do povo e do Estado Popular* e instituição de um Tribunal Militar Revolucionário) abriram-se as portas para perseguições arbitrárias não apenas de inimigos políticos internos, mas de outras figuras que nada tinham a ver com supostas ameaças à segurança do Estado. Organizações como Amnesty International e a Igreja Católica tentaram em várias

circunstâncias de intervir para pedir uma humanização de tais medidas, mas durante muito tempo sem sucesso (Nhauueleque 2019).

Entretanto, na política externa o Moçambique socialista teve uma postura coerente, sobretudo no que diz respeito ao acolhimento de refugiados políticos de ditaduras da direita. A referência, aqui, é principalmente para sul-africanos do African National Congress, os zimbabuanos da ZANU, assim como de alguns comunistas brasileiros. Estes últimos se tornaram, entre 1975 a 1984 (fim da ditadura no Brasil) colaboradores e cooperantes preciosos para Moçambique, sobretudo a partir de 1977, quando Luís Carlos Prestes, do Partido Comunista Brasileiro, fechou um acordo segundo o qual muitos recrutados brasileiros podiam se refugiar em Moçambique, como “cooperantes da revolução” (Azevedo 2012).

Um elemento que diferenciou a tentativa de implantação do socialismo moçambicano do angolano foi a componente da política econômica. Com efeito, se é verdade que a Constituição moçambicana de 1975 não proibia a propriedade privada (art. 12), ela estava fortemente subordinada aos interesses do Estado, e devia sofrer impostos progressivos (art. 13). Da mesma forma que o capital estrangeiro (art. 14), o capital privado local era (mal)tolerado, no seio da Constituição, embora nunca se fizesse referência explícita ao socialismo como forma de organização do Estado, salvo uma breve passagem relativa aos países socialistas, considerados como “aliados naturais” (art. 22) (República Popular de Moçambique 1975).

Na prática, a FRELIMO aplicou os princípios constitucionais à letra, deixando que os antigos empresários abandonassem o país sem nenhuma tentativa de retê-los, e concentrando a economia e o seu impulsionamento nas mãos do Estado (Mosca 1999).

No dia 24 de julho de 1975, cerca de um mês depois da independência, Machel lançou um programa ambicioso e abrangente de nacionalizações em vários setores-chave da vida do país, impulsionando a figura do “homem novo”, liberado quer das opressões materiais, quer daquelas morais, tais como religião, práticas tradicionais, a suposta superstição etc. (Machel 1973). Pouco tempo depois, no início de 1976, foi a vez dos prédios de rendimento a serem nacionalizados, assim como foi proibido o arrendamento privado das habitações (Maloa 2016). Depois do III Congresso, a economia planificada teve uma aceleração: em 1978 foi aprovado o Plano Econômico Central (PEC), com a finalidade essencialmente de angariar os fundos dos países socialistas; entretanto, existia uma certa desconfiança destes com relação a Moçambique, tão que nunca o país foi aceite formalmente pelo COMECON (Conselho para Assistência Econômica Mútua, fundado em 1949, visando a integração econômica dos países do Leste da Europa, a que se juntaram mais tarde Mongólia, Cuba e Vietnã). Mesmo assim, o processo de nacionalização avançou. A seguir (1980) foi aprovado o Plano Prospéctico

Indicativo (PPI), um plano com validade de 10 anos, que devia levar à afirmação definitiva do socialismo (Mosca 1999).

Fatores externos (a guerra de desestabilização) e internos, acima citados, resultaram no fracasso do PPI e do projeto socialista da FRELIMO. Foram tais medidas que afastaram cada vez mais a FRELIMO do povo que pretendia representar. Tudo foi feito mediante uma ideia de desenvolvimento linear, de tipo rostoweano, com abordagem *Top-Down*, com “aplicações descontextualizadas do marxismo com rejeição dos poderes locais e dos valores culturais da sociedade” (Maloa 2016).

Uma democracia autoritária numa economia neoliberal

A transição para uma economia aberta, liberal não foi repentina nem imediata. Como vimos acima, as bases da transição para um modelo liberal em âmbito econômico estavam já patentes, em Angola, desde a sua primeira Constituição, e em Moçambique foram estabelecidas já com Samora Machel em vida. Nesta transição foram decisivos elementos internacionais (acima de tudo o apoio cada vez mais fraco da União Soviética aos países africanos de inspiração socialista), as guerras civis que estavam devastando os dois países, assim como a necessidade de ajuda econômica básica para aliviar o sofrimento de populações. Foram estas razões que levaram Moçambique a aderir às instituições de Bretton Woods já em 1983; em 1984 este país já era membro do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), iniciando um acelerado processo de abertura aos investimentos externos e ao programa de ajustamento estrutural, chamado de Programa de Reabilitação Econômica (PRE), depois ligeiramente corrigido com medidas sociais (Programa de Reabilitação Econômica e Social, PRES, de 1990) (Mosca 2005). Angola aderiu às instituições de Bretton Woods mais ou menos na mesma altura de Moçambique, embora com um processo mais demorado, e devido a razões em parte diferentes, mais ligadas à sua economia monocultural, baseada em petróleo e diamantes, cujos preços no mercado internacional desceram repentinamente, provocando uma dívida externa insustentável (Fundamentos 2018).

No caso moçambicano, a transição para o modelo liberal teve pelo menos três características: a introdução de uma economia de mercado sem regras; o autoritarismo político, particularmente acentuado a partir da eleição de Guebuza à presidência da república, em 2004; e a postura perversa do partido-estado FRELIMO, que conseguiu prevalecer sobre as várias figuras de presidentes que se alternaram no poder, respeitando o ditado constitucional dos dois mandatos.

Do ponto de vista histórico, o ano de 1984 assinala a viragem provavelmente decisiva na breve estação do socialismo moçambicano. Por um

lado, a assinatura dos Acordos de Nkomati, que Samora Machel tentou apresentar como vitória do socialismo (Machel 1984), mas cujo impacto junto à opinião pública democrática internacional foi terrível: Moçambique foi acusado de estar a trair Nelson Mandela e todo o movimento anti-apartheid sul-africano (Manghezi 2007). Mas 1984 foi também um ano decisivo por causa da viagem de Samora Machel em vários países ocidentais, entre os quais os Estados Unidos, onde encontrou Ronald Reagan (Reagan 2003). A idade de ouro do socialismo moçambicano terminou justamente neste ano. O IV Congresso da FRELIMO, em 1983, já tinha previsto largas aberturas à iniciativa privada. Se a palavra de ordem do Congresso foi “Defender a Pátria, vencer o subdesenvolvimento, construir o socialismo”, na verdade as receitas marxista-leninistas podiam ser consideradas como ultrapassadas. A transição para o liberalismo era só uma questão de tempo.

As modalidades com que tal opção foi feita num país como Moçambique, considerado internacionalmente como o exemplo mais coerente de aplicação dos princípios marxistas no contexto africano, foi o que mais surpreendeu.

Acima de tudo, Moçambique levou a cabo não tanto um processo de liberalização, mas sim de privatização, associado a um verdadeiro assalto ao patrimônio público, graças ao conluio das classes dirigentes locais com as políticas impostas pelo FMI.

O controlo dos sindicatos pelo partido-estado teve, como sua imediata consequência, o desmoronamento da frente operária. Os sindicatos foram favoráveis ao processo de privatização, sem nem conseguir tutelar uma boa parte dos empregos dos operários das várias fábricas privatizadas ou até fechadas, de fato secundando os interesses da elite política da FRELIMO, que se tinha transformado em elite econômica (Bessa Ribeiro 2015). Quem se opôs a este processo foram outros sujeitos, tais como o jornalista Carlos Cardoso, que foi morto em pleno centro de Maputo, a 22 de novembro de 2000 (Milagre 2010).

A abertura indiscriminada da economia moçambicana ao capital privado, sobretudo estrangeiro, desdobrou-se em grandes investimentos um pouco para todo o país, como é o caso da australiana Mozal no município da Matola, próxima à capital Maputo, ou da sul-africana Sasol, no âmbito da exploração do gás em Inhambane, levantando questões ambientais (e fiscais) a que o governo não deu nenhum peso (Bussotti 2014). Seguiram-se em rápida sucessão outros investimentos da mesma envergadura e com impacto ambiental e social devastador, mas sempre com no meio figuras de proa da FRELIMO, tais como a Maragra que transformou o distrito da Manhiça (província de Maputo) numa monocultura de açúcar, as plantações de eucaliptos no Centro e no Norte do país, principalmente por obra da empresa portuguesa, Portucel (WRM 2021), o carvão em Tete com a brasileira Vale e, hoje, a indiana Jindal (Macamo & Coutinho 2020), as areias pesadas de Moma por companhias chinesas e irlandesas, finalmente o gás

em Cabo Delgado por parte da Total, ENI, Exxon, Galp e muitas outras multinacionais do setor.

Nestes processos, o governo e as elites políticas moçambicanas sempre tiveram um papel duplamente significativo: o caso da Montepuez Ruby Mining representa a síntese do conluio entre interesses das elites locais (o general makonde Pachinuapa e Samora Machel Júnior) com o grande capital internacional (neste caso a britânica Gemsfield) e com tremendas violações dos direitos humanos das populações locais (Silva 2018).

Por outra, as políticas de privatização interessaram todos os setores-chave da vida pública moçambicana: educação, onde escola e a universidade pública foram reduzidas a elementos quase que decorativos (Bonde & Matavel 2022); saúde, cujo sistema público praticamente colapsou, com um rácio entre médicos e população de 0,08 a cada mil habitantes (TA Networking Corporation & Samauma Consulting LLC 2021), ao passo que o sistema de transporte deixou praticamente de existir (Colaço 2015).

O verdadeiro elemento de continuidade foi representado pelo autoritarismo político, que ficou quase que inalterado mesmo depois da viragem democrática do início da década de 1990. Um autoritarismo embasado no partido-estado FRELIMO, no interior de uma democracia bicéfala FRELIMO-RENAMO (o maior partido de oposição), dominado até a sua morte (2018) pela figura de Afonso Dhlakama, e com níveis internos de democracia extremamente baixos. A FRELIMO sempre conseguiu se manter no poder mediante graves manipulações dos processos eleitorais, até as eleições gerais de 2024, quando uma nova oposição apareceu, liderada por Venâncio Mondlane, determinando a crise definitiva do modelo bicéfalo de democracia moçambicana (Bussotti 2024).

Assim, a mudança do socialismo para o autoritarismo neoliberal realizou-se, mais do que de forma brusca, sem nenhuma defesa ideológica ou ética. John Saul, em 1993, afirmava com imensa amargura que “The sad trajectory of the Mozambican revolution has been devastating”, corroborando estas afirmações com as palavras que um grande ativista do Partido Comunista sul-africano, Joe Slovo, tinha pronunciado num simpósio em Nova Iorque: “Mozambique's attempted socialist project was 'both premature and wrong'” (Saul 1993: 139-140).

Se já desde esta altura estava claro o rumo da transformação da FRELIMO num não-partido formado por lobbies que encontram na gestão do poder a sua única razão de ser, foram dois os fatores que fizeram com que este partido continuasse a gozar de um certo prestígio internacional no interior da frente progressista: por um lado, o posicionamento dos democratas americanos. Bill Clinton, por exemplo, definiu Moçambique como um “milagre africano” (Reibel 2008). E por outro lado, aquando da subida ao poder de Guebuza (2004), a postura de um líder internacional como Lula para com Moçambique e também Angola.

Lula recuperou – inclusivamente graças à influência de Marco Aurélio Garcia, durante muitos anos responsável da secretaria das relações internacionais do Partido dos Trabalhadores – a ideia de que o relacionamento privilegiado com África devia ter bases que fossem além da *realpolitik* característica da época de Fernando Henrique Cardoso (Saraiva 2002). Chamando em causa a “dívida histórica” com aquele continente, Lula deu ênfase aos aspetos culturais deste novo relacionamento; porém, elementos políticos (a cooperação Sul-Sul e a nova hegemonia brasileira neste eixo, principalmente atlântico) e económicos (os grandes negócios da Vale e da Odebrecht, em Moçambique e Angola) tiveram também uma importância estratégica na redefinição do relacionamento de Brasil com os dois principais países dos PALOP (Bussotti & Macamo 2018). O discurso que Lula pronunciou em 2007 em Brasília, em ocasião da visita de Guebuza não deixa nenhuma dúvida: Moçambique, e o presidente Guebuza, foram representados como modelos para o continente africano, sendo, portanto, sujeitos em que depositar a maior confiança (Presidência da República 2007). No caso angolano a postura não foi muito diferente, acabando por legitimar José Eduardo dos Santos e a sua governação cleptocrática e autoritária.

O caso angolano tem elementos que o diferenciam parcialmente do moçambicano: em termos de política económica, Angola sempre teve pelo menos um setor decisivo que ficou capitalista, o do petróleo; em segundo lugar, a guerra civil angolana foi ainda pior do que a de Moçambique, pois foi mais demorada e “internacionalizada”, como já dito acima; finalmente, a estrutura-partido, em Angola, acabou perdendo a sua hegemonia sobretudo a partir da investidura de José Eduardo dos Santos (1979) como presidente quer do MPLA quer do país, acentuando os aspetos de personalização da política e do uso desta para fins de enriquecimento pessoal e familiar. Entretanto, na transição entre Agostinho Neto e José Eduardo dos Santos os dois elementos de dependência externa que caracterizaram Angola desde a sua independência política continuaram: por um lado, a das multinacionais ocidentais que exploravam o petróleo em Cabinda; por outro, a das tropas cubanas e dos armamentos soviéticos que garantiam a manutenção do poder do lado do MPLA.

O processo de nacionalização da economia angolana procedeu de forma relativamente intensa, favorecido também pelo fato de muitos empresários privados, principalmente portugueses, terem abandonado voluntariamente o país (Gonçalves 2010). Em 1984 cerca de 60% das empresas presentes em Angola eram públicas (entre elas a Sonangol, a TAAG, o BNA, o banco central angolano, a Televisão Pública de Angola, só para dar alguns exemplos), mas no setor petrolífero do enclave de Cabinda só havia duas sociedades públicas de um total de 12, e no comércio externo as públicas só eram 9 de 27 (Goularti Filho & Silva Chimbula 2014). Como recorda uma testemunha daquela época, Lago de

Carvalho, multinacionais como Fina, Texaco, Chevron na exploração off-shore, depois Elf, Agip, Total, BP, Exxon estavam presentes na Angola socialista, desfrutando os jazigos de petróleo (DR 2018).

Foi neste contexto que Agostinho Neto, nos últimos meses da sua vida, procurou reestabelecer laços com o Zaire de Mobutu, assim como com os Estados Unidos. Com efeito, seu amigo pessoal, médico e diplomático de ocasião, residente em Lisboa, Arménio Ferreira, entre julho e agosto de 1979 manteve encontros secretos com representantes da Casa Branca, que iniciaram uma discussão para o reatar-se das relações diplomáticas entre os dois países. Com a morte de Agostinho Neto e a eleição de Reagan à Casa Branca esta perspectiva evaporou definitivamente (Francisco 2013).

A eleição de José Eduardo dos Santos à presidência do partido e do Estado tem elementos de continuidade para com a política de Agostinho Neto. Com efeito, dos Santos impulsionou cada vez mais o setor petrolífero, portanto, o setor capitalístico do país, trazendo até benefícios econômicos. O último período do socialismo mostra que o PIB angolano parou de descer, como tinha sido nos primeiros anos de independência, com incremento da produção da riqueza interna de 6% em 1984 e de 7% em 1985. A continuidade da política de Dos Santos com aquela de Agostinho Neto resulta também na presença cada vez mais decisiva das tropas cubanas e dos equipamentos bélicos soviéticos em território angolano, graças às quais o exército sul-africano retirou-se da Namíbia, deixando assim de ameaçar Angola, depois da batalha de Cuito Cuanavale que terminou em 1988.

O novo clima de paz e estabilidade – que entretanto será quebrado por causa de desavenças ao longo das primeiras eleições de 1991 entre José Eduardo dos Santos e Savimbi – permitiu ao presidente angolano de iniciar o processo que depois caracterizou toda a sua parábola política: a erosão das prerrogativas do seu próprio partido, a edificação de um sistema muito sofisticado de corrupção, envolvendo – desde a paz definitiva, em 2002 – os próprios antigos inimigos da UNITA, finalmente uma das formas mais consequentes e devastadoras de neopatrimonialismo a nível mundial (Vidal 2018).

Com José Eduardo dos Santos, estruturas paralelas de poder foram criadas a todos os níveis, tendo como único objetivo o enriquecimento pessoal, da sua família (o caso da filha, Isabel dos Santos, é o mais notório) (Dolan 2022) e da sua clientela, saqueando os recursos naturais do país. Por exemplo, como medida extrema o governo angolano de João Lourenço teve de proibir a exportação de madeira durante três anos, pois a sua superexploração estava se tornando insustentável (LUSA 2023). O mesmo está a acontecer com o pescado, sobretudo em razão da agressividade de sujeitos empresariais chineses (ADF 2024). Complementando este modelo de Estado, José Eduardo dos Santos atropelou quer o debate interno ao MPLA, quer a própria Constituição. Só para dar alguns

exemplos, em 1999 ele aboliu o cargo de primeiro-ministro, em 2010 descartou o anteprojeto da nova Constituição aprovado pelo MPLA, excluindo a eleição direta do presidente da república, que passou a ser eleito como cabeça de lista do partido que conseguia a maioria dos votos. A consequência foi de que ele próprio, que esteve no poder durante 38 anos, nunca foi eleito para exercer o maior cargo institucional da nação (Morais 2012).

O “pacto da elite” que José Eduardo dos Santos perseguiu com enorme eficácia levou a um aparato coercivo de primeira qualidade, à repressão de qualquer forma de dissidência no seio da sociedade civil e da imprensa e, em termos de políticas orçamentais, a um constante incremento das despesas militares, mesmo depois do fim do conflito com a UNITA. Se no último ano de guerra, 2002, tais gastos representavam 10% do orçamento geral do Estado, entre 2010 a 2016 a média anual foi de 15,5%, ao passo que a educação ficou com uma incidência de 7% e a saúde de 5% nas contas gerais do Estado (Dundão 2020).

O desmoronamento e, depois, a morte de José Eduardo dos Santos em 2022 não mudaram a situação estrutural de Angola: se, em termos econômicos, a dependência do petróleo e dos diamantes continua elevada, embora com uma certa redução comparando com o passado, o novo sistema de poder de João Lourenço herdou o trato autoritário da gestão anterior que, aliás, veio acentuando-se, mas com uma adesão popular cada vez menor, como mostram as contínuas manifestações de rua em todo o país, o resultado eleitoral muito satisfatório da UNITA nas últimas, contestadas eleições gerais de 2022, a repressão da sociedade civil. Um dos principais observadores políticos angolanos, expoente de ponta do Fórum Angola e da Associação Justiça, Paz e Democracia, afirmou que o sistema político angolano não é democrático, mas sim autoritário (RFI 2022). Segundo dados oficiais, hoje cerca de 40% dos angolanos vive em condições de miséria absoluta, dado que chega a tocar quase 90% da população no meio rural, como confirma uma testemunha dramática do sociólogo e sacerdote católico, Jacinto Pio Wacussanga (Miranda 2022).

Conclusões

As tentativas de instaurar o socialismo em África, e particularmente em Angola e Moçambique, registraram ambiguidades e limitações. Tal circunstância deveu-se ao fato de tal ideologia ter sido importada de modelos exógenos, principalmente o soviético, e aplicada de forma instrumental para alcançar o objetivo primário da independência e, depois, da manutenção do poder por parte das elites dos movimentos-partidos que triunfaram na luta anticolonialista contra Portugal. Como se mostrou ao longo deste trabalho, Angola em primeiro lugar, mas também Moçambique, a partir dos últimos anos de governação de Samora

Machel não hesitaram em virar as costas ao aliado soviético quando a situação assim o requereu. As elites políticas destes países compreenderam que o socialismo não podia funcionar numa sociedade como a africana, ainda por cima devastada por guerras civis inicialmente pilotadas por potências hegemônicas estrangeiras.

O processo de adesão ao socialismo, além de ambíguo nas classes dirigentes angolanas e moçambicanas, foi sobretudo alheio às massas populares, que ficaram de fora dos grandes processos de mudanças destes dois países. Em suma, foi um processo elitista, que foi corroborado pela instauração de um modelo que, socialista ou neoliberal, afundava as suas raízes no autoritarismo. Foi este o verdadeiro elemento de continuidade ao longo de todo o percurso que Angola e Moçambique realizaram desde a sua independência e até hoje.

No seio deste cenário que mistura neoliberalismo na esfera econômica e autoritarismo a nível político com a proteção dos interesses das multinacionais, ocidentais numa primeira fase, mas hoje também chinesas e de outros países asiáticos ou do próprio Brasil, a transição para o liberalismo foi feita não apenas sem grandes oposições, mas sobretudo passando de um rigor ético – sobretudo em Moçambique, graças à figura de Samora Machel – a uma completa ausência de moral pública. Os dois países aqui abordados e suas classes dirigentes constituem hoje exemplos entre os mais paradigmáticos de neopatrimonialismo e saqueio dos recursos públicos, por um lado, e de transições falhadas rumo à democracia liberal por outro. As últimas eleições gerais em Angola (2022) e ainda mais em Moçambique (2024) demonstraram que estes dois países já saíram do modelo “híbrido” de democracia, para entrar num regime abertamente autoritário. Neste caso, a legitimidade popular representa um elemento que só incomoda a quem detém o poder, e não a forma peculiar da sua legitimação.

O estudo aqui apresentado visou assinalar as fraquezas, as condições contingentes e, em parte, o oportunismo ideológico que caracterizou a adesão do MPLA e da FRELIMO aos ideais socialistas. Depois de experiências diversificadas de implementação do marxismo-leninismo nos seus respetivos países, tais modelos foram rapidamente esquecidas através do abraço acrítico ao credo neoliberal e a perda de qualquer interesse para o bem público. Aliás, quem ousou criticar e denunciar os esquemas ilícitos, as injustiças, as práticas de corrupção que se tornaram padrão de comportamento normal das classes dirigentes dos dois países foi marginalizado, quando não aniquilado em formas brutais e irreversíveis.

Tal processo acelerou-se graças ao fato de Angola e Moçambique, depois da viragem da década de 1990, terem-se tornado países muito interessantes do ponto de vista dos investimentos estrangeiros em matérias primas. Foi assim que partidos e figuras de referência do movimento democrático e progressista a nível internacional, tais como Bill Clinton e Lula, legitimaram governos ineficientes e

corruptos, que nada tinham a ver com os supostos ideais da esquerda mundial, mesmo a moderada representada pela Internacional Socialista. Assim, criou-se uma mitologia de boas transições e de democracias incipientes, que a realidade demonstrou não ter nenhuma consistência efetiva. Ter dado crédito, por parte do movimento progressista internacional, a um MPLA e a uma FRELIMO transformados em partidos autoritários de matriz neoliberal foi um erro estratégico que, provavelmente, um líder como Lula tem compreendido e que vai procurar sanar ao longo da sua atual presidência. Com todas as dificuldades do caso.

A crise da esquerda africana não se limita aos casos do MPLA e da FRELIMO. Em outros países, tais como Cabo Verde ou a África do Sul, processos eleitorais mais transparentes permitiram mudanças de governo, ou certificaram (como nas últimas eleições sul-africanas de 2024) a crise identitária dos partidos de esquerda (no caso o African National Congress), presos entre tentações neoliberais, necessidade de garantir um mínimo de estado social e práticas neopatrimonialistas que consomem boa parte dos recursos públicos, acabando por criar desnorteamento num eleitorado que almejava ver a implementação de políticas mais equitativas e justas.

Bibliografia

- AA. 2018. “Quando Paulo VI recebeu no Vaticano, 48 anos atrás, três líderes de movimentos armados: Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos”. *Instituto Humanitas Unisinos* (02/06/2018), <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/580466-quando-paulo-vi-recebeu-no-vaticano-48-anos-atras-tres-lideres-de-movimentos-armados-amilcar-cabral-agostinho-neto-e-marcelino-dos-santos>
- ADF. 2024. Chinese Vessels Decimating Angolan Fish Stocks, Local Fishermen Say, 14/05/2024. <https://adf-magazine.com/2024/05/chinese-vessels-decimating-angolan-fish-stocks-local-fishermen-say/>
- Alberti, Verena e Amílcar, Araújo Pereira. 2006. “Entrevista com José Maria Nunes Pereira”. *Estudos Históricos*, 39: 121-156.
- Anstee, Margaret Joan. 1996. *Orphan of the Cold War: The Inside Story of the Collapse of the Angolan Peace Process, 1992-3*. New York: St. Martin’s Press.
- Arrighi, Giovanni. 2002. “The African Crisis”. *New Left Review*, 15: 5-36. <https://newleftreview.org/issues/ii15/articles/giovanni-arrighi-the-african-crisis.pdf>.

- Azevedo, Desirée de Lemos. 2012. "Trajetórias militantes: de Brasil a Moçambique nas redes da esquerda internacional". *Etnográfica* 16(3): 461-486. doi: 10.4000/etnografica.2085
- Banco Mundial. 2023. "Índice de Gini – Sub Saharan Africa". <https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI?locations=ZG>
- Bessa Ribeiro, Fernando. 2015. "Do esgotamento revolucionário à Liberalização". *Cadernos CRH*, 28(74): 369-381. doi: 10.1590/S0103-49792015000200009
- Bezerra Machado, Carolina. 2021. "A construção do poder em Angola nos romances de Pepetela: os novos ricos e a apropriação do Estado no pós-independência". *Revista Brasileira de História* 41(86): 159-180. <https://www.scielo.br/rbh/a/BYhNvhkJFZq48y9QWvtSCDk/?format=pdf&lang=pt>
- Bittencourt, Marcelo. 1997. "A Criação do MPLA". *Estudos Afro-Ásiáticos* 32: 185-208.
- Bonde, Rui Amadeu e Matavel, Princidónio Abrão. 2022. "O Financiamento da Educação em Moçambique e seus Desafios". *Educação e Realidade* 47: 1-14, <https://www.scielo.br/j/edreal/a/pngp5LQmGGmvzx6jXLzf3Zf/?format=pdf>
- Bussotti, Luca. 2014. "Environmental Risk Management and Communication in an African Context: the case of the Bypass Mozal of Mozambique". *Cadernos de Estudos Africanos* 28: 93-118. doi: 10.4000/cea.1692.
- — —. 2022. "I vecchi amici ritornano. Per una storia della politica estera del Mozambico". *Itinerari di ricerca storica* XXXVI: 109-130.
- — —. 2024. "Vada come vada, il Mozambico non sarà più lo stesso". *Nigrizia*. <https://www.nigrizia.it/notizia/elezioni-vada-come-vada-il-mozambico-non-sara-piu-lo-stesso>
- — —. 2024. O fim violento da democracia negocial. *The Conversation*, 18/11/2024. <https://theconversation.com/mocambique-o-violento-fim-da-democracia-negocial-243983>
- Bussotti, Luca e Ernesto Carlos, Macamo. 2018. "A Cooperação Bilateral Brasil-Moçambique, com Enfoque Especial na Área da Defesa ». *Cadernos de Estudos Africanos* 36: 113-136. doi: 10.4000/cea.3243.
- Bussotti, Luca e Laura António, Nhaueleque,. 2022. "Process of Ethnic and Cultural Marginalization in Post-Colonial Africa. The Case of Amakhuwa of Mozambique". *Comunicação e Sociedade* 41: 149-167. doi: 10.17231/comsoc.41(2022).3704.
- Cahen, Michel. 2005. "Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional?". *Africana Studia* VIII: 39-67. aleph.letras.up.pt/index.php/1Africana_2/article/view/9531/8745
- Cardina, Miguel. 2023. *O atrito da memória*. Lisboa: Tinta da China.

- Carlos, João. 2012. "Casa dos Estudantes do Império: berço de líderes africanos em Lisboa". *Deutsche Welle* (13/10/2012), <https://www.dw.com/pt-002/casa-dos-estudantes-do-imp%C3%A9rio-ber%C3%A7o-de-l%C3%ADderes-africanos-em-lisboa/audio-16233228>
- Colaço, João Carlos. 2015. "Mentalidade 'chapa 100' na cidade de Maputo". *Estudos Moçambicanos* 9-68, https://www.mozambiquehistory.net/periodicals/estud_moc/15/colaco_em_15.pdf
- Continuamos na Internacional Socialista. *Muliquela*, 27/06/2010. <https://muliquela.blogspot.com/2010/06/continuamos-na-internacional-socialista.html>
- Deliberali, Daniel. 2016. *Estado e poder em Angola: a trajetória do movimento popular de libertação de Angola (MPLA) e a construção do Estado angolano (1956-1992)*. Santana do Livramento: Universidade Federal do Pampa.
- De Sousa, Ana Carolina Melos. 2016. *O Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA): de elite revolucionária a elite dirigente*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS. <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/166160/001026497.pdf>
- Dolan, Kerry. 2022. Como a filha do ex-presidente de Angola saqueou as riquezas do país», *Forbes* (11/07/2022). <https://forbes.com.br/forbes-money/2022/07/como-isabel-dos-santos-angola-saqueou-as-riquezas-do-pais/>
- Doyle, Michael & Nicholas Sambanis. 2016. *Making War and Building Peace: United Nations Peace Operations*. Princeton: Princeton University Press
- DR. 2018. "Opção socialista só foi uma declaração de intenções". *Jornal de Angola*, 11/11/2018). <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/opcao-socialista-foi-so-uma-declaracao-de-intencoes/>
- Dundão, Sérgio. 2020. "A nova ordem do poder em Angola: do José Eduardo dos Santos e João Lourenço". *O Jornal Económico*, 31/01/2020. <https://jornaleconomico.pt/noticias/a-nova-ordem-de-poder-em-angola-de-jose-eduardo-dos-santos-a-joao-lourenco-542325/>.
- Faria, António. 1995. *A Casa dos Estudantes do Império: itinerário histórico*. Lisboa: Biblioteca-Museu República e Resistência.
- Fernando, Celestino Taperero. 2019. "Operação Produção". *Revista Espacialidade* 15(1): 165-186. <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/download/19196/12218/61135>
- Francisco, Alberto André. 2013. *A política externa de Angola durante a guerra fria (1975-1992)*. Brasília: UNB.

- https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14727/1/2013_AlbertoAndreCarvalhoFrancisco.pdf
- Freedom House. 2023. "Angola". <https://freedomhouse.org/country/angola/freedom-world/2023>
- "Fundamentos da adesão de Angola ao FMI". *Jornal de Angola*, 15/11/2018. <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/fundamentos-da-adesao-de-angola-ao-fmi/>
- Gallo, Ernesto. 2021. "Three varieties of Authoritarian Neoliberalism: Rule by expert, the people, the reader". *Competition & Change* 26(5): 554-574. doi: 10.1177/10245294211038425.
- Geffrey, Christian, 1990. *La Cause des Armes au Mozambique. Anthropologie d'une Guerre Civile*. Paris: Karthala.
- Gonçalves, Jonuel. 2010. "The Economy of Angola: From Independence to the 2008 Worldwide Crisis". *The Perspective of the World Review* 2(3): 73-89 https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/rtm/121129_rtm_ingles03_cap5.pdf
- Goularti Filho, Alcide e Silva Chimbula, Avelino Euclides da. 2014. "Política econômica de Angola de 1975 a 2012: a trajetória de mudança de modelos". *Revista de Desenvolvimento Econômico* XVI(29): 92-105. <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/3037>
- Issufo, Nadia. 2013. Porque o MPLA continua na Internacional Socialista? *Deutsche Welle*, 28/05/2013. <https://www.dw.com/pt-002/porque-continua-o-mpla-na-internacional-socialista/a-16842205>
- Guilengue, Fredson. 2019. "Democracy or Authoritarianism?". *Rosa Luxemburg Stiftung*. <https://www.rosalux.de/en/news/id/40626/democracy-or-authoritarianism>.
- Hanlon, Joseph. 1984. *Mozambique: The Revolution Under Fire*. London: Zen Books.
- Knudsen, Christine, Alexandre Mundt & William Zartman. 2000. *Peace Agreement: The Case of Angola*. Durban: Accord.
- Kubitscheck Bujones, Alejandra. 2013. *Mozambique in Transition and the Future Role of the UN*. New York: New York University. https://cic.nyu.edu/wp-content/uploads/1662/65/bujones_mozambique_study.pdf
- Lourenço, Victor Alexandre. 2010. *Frelimo, Renamo e as autoridades tradicionais em Moçambique*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos do ISCTE. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3826/1/CEA_OP_VITOR_MO%C3%87AMBIQUE_14.pdf
- LUSA. 2019. "Economist Intelligence Unit says Mozambique is an 'authoritarian' regime". *Club of Mozambique*, 14/02/2019.

- <https://clubofmozambique.com/news/economist-intelligence-unit-says-mozambique-is-an-authoritarian-regime/>
- — —. 2023. Angola: Export of Unprocessed Timber Banned for Three Years, 8/2/2023. <https://360angola.com/economy/angola-export-of-unprocessed-timber-banned-for-three-years/>
- Mabeko-Tali, Jean-Michel. 2018. *Guerrilhas e lutas sociais. O MPLA perante Si Próprio (1960-1977). Ensaio de história política*. Lisboa: Mercado de Letras.
- MAC (Movimento Anti-Colonialista). 1960. *Manifesto Anti-Colonialista*. <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0009000060>
- Macamo, Elísio e Cremildo, de Abreu Coutinho. 2020. “A estética política do protesto: comunidade reassentadas em Tete, Moçambique”. *Estudos de Sociologia* 1(36): 41-73. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/download/248000/36434>
- Machel, Samora. 1973. *Educar o Homem para vencer a Guerra. Criar uma Sociedade Nova e desenvolver a Pátria*. Mensagem do camarada Samora Machel, Presidente da Frelimo, à 2ª Conferência do Departamento de Educação e Cultura – DEC. Maputo, Novembro de 1973. <https://www.marxists.org/portugues/machel/ano/mes/educar.pdf>
- — —. 1984. *Acordo de Nkomati: Vitória da Paz, Vitória do Socialismo*. Maputo: Edição do Partido Frelimo. <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/frelimo/pdf/26.pdf>
- Maloa, Tomé Miranda. 2016. *História da economia socialista moçambicana*. São Paulo: USP.
- Manghezi, Nadia. 2007. *Amizade traída e recuperada*. Maputo: Promedia.
- Manning, Carrie & Monica Malbrough. 2010. “Bilateral donors and aid conditionality in post-conflict peacebuilding: the case of Mozambique”. *The Journal of Modern African Studies* 1(48): 143-169.
- Martial, Paul. 2022. “Crise et recomposition politique au Sénégal”. *Contretemps*, 03/02/2022, <https://www.contretemps.eu/elections-senegal-crise-recomposition-politique/>.
- Mateus, Dalila Cabrita & Álvaro, Mateus. 2015. *Purga em Angola*. 10 ed. Alfraide, Portugal: Texto.
- Matos, Silva Dandara. 2019. “Os movimentos de independência em África: Caso de estudo o Movimento Anticolonialista (MAC)”. *Revista Eletrónica Discente História.com*. 6(11): 76-86. <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/historiacom/article/view/934>
- Mckinley, Dale. 2008. “The Crisis of the Left in Contemporary South Africa”. *Mediations* 24(1): 69-92. https://mediationsjournal.org/files/Mediations24_1.pdf.

- Milani, Ada & Vincenzo, Russo. 2012. "1° de julho de 1970. O encontro entre Paulo VI e os "rebeldes" das colónias portuguesas de África: a receção da imprensa italiana". *Polifonia* 19(26). <https://periodicoscientificos.uftmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/828>
- Miranda, Ariana. 2022. "Pobreza em Angola: 'Temos um País que vai implodir'". DW, 17/10/2022. <https://www.dw.com/pt-002/pobreza-em-angola-temos-um-pa%C3%ADs-que-vai-implodir/a-63459057>
- Morais, Rafael Marques de. 2012. *O Poder e a Sucessão de José Eduardo dos Santos*. Luanda: Maka Angola [http://www.makaangola.org/wp-content/uploads/2012/01/O Poder e a Sucessa%CC%83o de Jose Eduar do Dos Santos.pdf](http://www.makaangola.org/wp-content/uploads/2012/01/O_Poder_e_a_Sucessa%C3%83o_de_Jose_Eduardo_Dos_Santos.pdf)
- Morozzo della Rocca, Roberto. 1994. *Mozambique dalla guerra alla pace. Storia di una mediazione insolita*. Cinisello Balsamo: San Paolo.
- Mosca, João. 1996. *Evolução da agricultura moçambicana no período pós-independência*. Lisboa: ISA, 1-51. <http://www.isa.utl.pt/files/pub/deasr/docs/doctrab003/doctrab003.pdf>
- — —. 1999. *A experiência socialista em Moçambique (1975-1986)*. Lisboa: Instituto Piaget.
- — —. 2005. *Economia de Moçambique*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Movimento Anti-Colonialista (MAC). 1960. *Manifesto Anti-colonialista aos povos das colónias portuguesas de África*. <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0009000060#&gid=2&pid=1>
- MPLA vai entrar na IS. *Correio da Manhã*, 27/10/2003. <https://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/mpla-vai-entrar-na-is>
- Mulas, Andreia. 2022. "Quando, 50 anos atrás, Paulo VI recebeu no Vaticano três líderes africanos de movimentos armados: Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos". *Instituto Humanitas UNISINOS*. <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/620308-quando-50-anos-atras-paulo-vi-recebeu-no-vaticano-tres-lideres-africanos-de-movimentos-armados-amilcar-cabral-agostinho-neto-e-marcelino-dos-santos>
- Neto, Agostinho. 1976. "Statements produced in August 1975". *Africa Contemporary Record - ACR*, London, p. B423, 1976. Angola section.
- Nhamirre, Borges. 2022. O que ficou por esclarecer no julgamento das dívidas ocultas? *Centro de Integridade Pública*, Ed. 1, março 2022. <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2022/03/Julgamento-das-Dívidas-Ocultas-2.pdf>
- Nhaueleque, Laura António. 2021. "Os Direitos Humanos nas Constituições de Moçambique". In: José Castiano e Luca Bussotti (Orgs.). *Participação da juventude e das mulheres nos processos eleitorais*. Maputo: OXFAM, 105-126.

- — —. 2022. “Igreja missionária, igreja colonial: o ponto de vista dos Combonianos da Nigrizia ao longo da transição em Moçambique (1970-1975). *Tempo e Argumento* 13(34). doi: [10.5965/2175180313342021e0108](https://doi.org/10.5965/2175180313342021e0108)
- Noer, Thomas. 1993. “International credibility and political survival: The Ford Administration’s intervention in Angola”. *Presidential Studies Quarterly*. Center for the Study of the Presidency and Congress 23(4): 771- 785.
- Ottaway, Marina e David, Ottaway. 1981. *Afrocommunism*. New York: Africana Pub Company.
- Papp, Daniel S. 1978. “Angola, National Liberation, and the Soviet Union”. *Parameters, Journal of the US Army War College* VIII(1): 26-39. <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA511493.pdf>
- Pawson, Lara. 2007. “O 27 de Maio angolano visto de baixo’. *Relações Internacionais* 14: 159-176. https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri14/RI14_15LPawson.pdf
- Portella Ribeiro, Maria Cristina. 2016. “Nascimento e morte do Poder Popular em Angola (1974-1977)”. *Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio*, 1-10. http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1471213725_ARQUIVO_MariaCristinaPortellaRibeiro.pdf.
- Precioso, Daniel. 2018. “Um projeto socialista de reconstrução nacional: o discurso do presidente Agostinho Neto na proclamação da independência de Angola (11 de novembro de 1975)”. *Temporalidades, Educação* 28(11): 313-324. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/6118>
- Presidência da República. 2007. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia oficial de chegada do Presidente de Moçambique, Armando Guebuza*. Brasília: Palácio do Planalto, 06 de setembro de 2007.
- Reagan, Ronald. 2003. *A life in letters*. New York: Free Press.
- Reibel, Aaron. 2008. “An African Success Story: Civil Society and the ‘Mozambican miracle’”. *DevNet Conference* Wellington: Victoria University of Wellington. https://devnet.org.nz/wp-content/uploads/2018/07/Aaron%20Reibel.%20African%20Success%20Story_0.pdf
- República Popular de Angola. 1975. *Lei constitucional. Lei da nacionalidade*. Luanda.
- República Popular de Moçambique. 1975. “Constituição da República Popular de Moçambique”. *Boletim da República*, I Série, n. 1. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1-8. <https://gazettes.africa/archive/mz/1975/mz-government-gazette-series-i-dated-1975-06-25-no-1.pdf>
- RFI. 2022. Angola: regime não criou uma democracia, mas um sistema autoritário. *RFI*, 04/04/2022. <https://www.rfi.fr/pt/programas/convidado/20220404->

[angola-regime-n%C3%A3o-criou-uma-democracia-mas-um-sistema-autorit%C3%A1rio](#)

- Rodrigues, Francisco Martins. S.d. “O PCP e a Questão Colonial”. <https://www.marxists.org/portugues/rodrigues/ano/mes/colonial.htm>
- Ryan, Matthew DJ. 2018. “Interrogating ‘authoritarian neoliberalism’: The problem of periodization”. *Competition & Change* 23(2): 116–137. doi: 10.1177/1024529418797867
- Santander, Marcela. 2022. “Nito Alves, o herói inimigo de Angola: reflexões sobre fontes, arquivos e versões históricas”. 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, 1-10. <https://www.33rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNToiYTToxOntzOjEw>
- Saraiva, José Flávio Sombra. 2002. “Política exterior do Governo Lula: o desafio africano”. *Revista Brasileira de Política Internacional* 45(2): 5-25. <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/kmkwC3Pljp5KLyfLL8MBSZn/?format=pdf&lang=pt>
- Saul, John. 1991. “Mozambique: The Failure of Socialism?”. *Transformation* 14: 104-110.
- — —. 1993. “Rethinking the Frelimo State”. *Socialist Register*, 139-140. <https://socialistregister.com/index.php/srv/article/download/5627/2525/7523>
- Serrano, Carlos. 2012. “Viriato da Cruz, um intelectual angolano do século XX: a memória que se faz necessária”. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*, 165-178.
- Silva, Aunício da. 2018. “Sócio da Montepuez Ruby Mining enfrenta processo no Tribunal Superior de Londres”. *Ikweli*, 01/06/2018. https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2018/06/s%C3%B3cio-da-montepuez-ruby-mining-enfrenta-processo-no-tribunal-superior-de-londres.html
- Simpson, Mark. 1993. “Foreign and Domestic Factors in FRELIMO”. *The Journal of Modern African Studies* 31(2): 309-337.
- Souza Lima, Viviane de. 2017. *Solidariedade atlântica. Movimento brasileiro de apoio às independências africanas, entre percursos e conexões*. Dissertação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AQHfEX/1/disserta_o_para_entrega_ao_departamento.pdf.
- Springer, Simon. 2010. “Neoliberalism and Geography: Expansions, variegations, formation. *Geography Compass* 4(8): 1025-1038. doi: 10.1111/j.1749-8198.2010.00358.

- TA Networking Corporation & Samauma Consulting LLC. 2021. *Data Collection Survey on the Health System in Mozambique*. Maputo: Japan International Cooperation Agency. <https://openjicareport.jica.go.jp/pdf/1000045945.pdf>
- Vidal, Nuno de Fragoso. 2016. "O MPLA e a governação: entre internacionalismo progressista marxista e pragmatismo liberal-nacionalista". *Estudos Ibero-Americanos* 42(3): 283-306. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/download/23461/15054/>
- — —. 2018. "International development strategies for the XXIst century and post-modern patrimonialism in Africa – Angola and Mozambique". *Revista Brasileira de Política Internacional* 61(1): 1-19. doi: 10.1590/0034-7329201800115
- Wheeler, Douglas e René, Pelissier. 1970. *Angola*. London: Pall Mall Press.
- WRM. 2021. "Plantações de monocultura de eucaliptos e seringueiras promovem fome nas comunidades rurais". *Boletim WRM* 258. <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/plantacoes-de-monocultura-de-eucaliptos-e-seringueiras-promovem-fome-nas-comunidades-rurais>

Luca Bussotti

é Professor na Universidade Técnica de Moçambique, onde coordena a revista científica da instituição. Conta com cerca de 100 artigos e 20 livros, principalmente sobre questões sociológicas e históricas relativas à África Lusófona. Foi Professor visitante em várias universidades, entre as quais a Federal de Pernambuco (Brasil), de Macerata, Trieste e Milão "La Statale" (Itália), e Investigador Marie-Curie no ISCTE (Lisboa).

Contato: labromoz@gmail.com

Recebido: 05/07/2024

Aceito: 08/04/2025

Copyright © 2025 The Author(s)

The text in this work is licensed under the Creative Commons BY 4.0 International License <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>.